

APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITABILIDADE – HABITAÇÃO CONDIGNA

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Requerente: _____

Morada/Sede: _____

Código Postal: _____ - ____ Freguesia: _____ Concelho: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF/NIPC: _____ Profissão/Atividade: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ Fax: _____

Correio Eletrónico: _____,

na qualidade de _____, do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo _____

freguesia _____, do concelho de _____,

descrito na Conservatória do Registo Predial de _____, sob o n.º _____,

vem requerer apoio para:

Obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação as redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos. *(Instruir com os elementos do Anexo I)*

Obras de construção de raiz, ampliação de habitações ou conclusão de obras. *(Instruir com os elementos do Anexo I)*

Melhoria das condições de acessibilidade, segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento ou de doenças crónicas debilitantes. *(Instruir com os elementos do Anexo I)*

Fornecimento de projetos de arquitetura e especialidades para obras de construção, beneficiação, reconstrução, recuperação ou conservação de habitação própria permanente. *(Instruir com os elementos do Anexo II)*

Atribuição de apoio financeiro ao arrendamento de habitação para residência permanente. *(Instruir com os elementos do Anexo III)*

<p>Pede deferimento,</p> <p>Terras de Bouro, ____ de ____ de 20__</p> <p>O requerente,</p> <p>_____</p> <p>B.I/C.C _____ emitido/válido até ____/____/____ Arquivo _____</p> <p><small>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</small></p>	<p>Reservado aos Serviços</p> <p>Registo n.º: _____</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>O Funcionário,</p> <p>_____</p>
---	---

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.

I – COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

N.º	NOME	DATA NASC.	SEXO	GRAU DE PARENTESCO	PROFISSÃO	VENCIMENTO MENSAL ILÍQUIDO
1						
2						
3						
4						
5						
6						

Número de elementos do agregado familiar | _____ |

II – RENDIMENTO MENSAL ILÍQUIDO/ENCARGOS

TIPO DE RENDIMENTOS	MONTANTES	OBSERVAÇÕES
TRABALHO DEPENDENTE		
PENSÃO DE VELHICE		
PENSÃO DE INVALIDEZ		
PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA		
PENSÃO DE ALIMENTOS		
OUTRAS PENSÕES		
RENDIMENTO SOCIAL INSERÇÃO (RSI) OU PRESTAÇÃO SOCIAL PARA A INCLUSÃO (PSI)		
RENDAS		
SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS		
SUBSÍDIO DE DESEMPREGO		
OUTROS:		
TOTAL DE RENDIMENTOS DO AGREGADO FAMILIAR		

TIPO DE ENCARGOS

Habitação

Própria Encargos com empréstimo relativo à habitação _____ €

Arrendada Encargo mensal com a renda _____ €

Outro _____

Possui outros bens imóveis Sim Não

Saúde (encargos mensais do agregado familiar com medicação, tratamentos, transportes, etc) _____ €

Educação _____ €

III – CARATERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO CANDIDATADA

LOCALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

Rua/Lugar _____ N.º _____

Freguesia _____, Código Postal _____ - _____

TIPO DE CONSTRUÇÃO _____

NÚMERO DE PISOS E DE DIVISÕES DA HABITAÇÃO

N.º de Pisos: _____

Divisões:|_____| sala(s), |_____|cozinha(s), |_____| quarto(s), |_____| instalações sanitárias, |_____| anexos, |_____|
garagem, |_____| outros _____

DESCRIÇÃO SUCINTA DA INTERVENÇÃO QUE PRETENDE REALIZAR

ANEXO I

- Formulário de candidatura, em modelo próprio a fornecer pelos serviços respetivos;
- Declaração, sob compromisso de honra, da veracidade das declarações prestadas no requerimento de candidatura, assim como não beneficia de outro apoio destinado ao mesmo fim ou que o mesmo é insuficiente, e que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados;
- Declaração, sob compromisso de honra, de não alienar ou arrendar o imóvel intervencionado ou a intervencionar durante os cinco anos subsequentes ao recebimento do apoio e de nele habitar efetivamente com residência permanente pelo mesmo período de tempo;
- Declaração, sob compromisso de honra, em como autoriza, concluídas as obras, a colocação de uma placa do Município a publicitar a concessão do apoio para a realização das obras, bem como a publicitação do apoio concedido e de fotografias da intervenção realizada nos meios de comunicação habituais do Município;
- Atestado de residência e composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da residência do candidato, indicando o tempo de permanência na freguesia, a composição do agregado familiar e ainda qualquer informação que considere relevante quanto à situação económica do agregado familiar;
- Fotocópias do documento de identificação pessoal de todos os elementos do agregado familiar;
- Fotocópias do número de contribuinte do candidato, bem como de todos os elementos do agregado familiar;
- Fotocópias dos cartões de beneficiário da Segurança Social ou respetiva Entidade enquadradora de todos os elementos do agregado familiar;
- Fotocópias dos documentos comprovativos dos rendimentos auferidos pelas pessoas que constituem o agregado familiar, designadamente pensões (pensões de alimentos, invalidez, sobrevivência, velhice e outras, incluindo as provenientes do estrangeiro), apoios sociais (subsídio de desemprego, RSI, CSI, PSI, bolsas de estudo, bolsas de formação e outros), subsídios agrícolas e outros, do mês anterior ao que se candidata;
- Prova de inscrição no IEFP, sempre que algum dos elementos do agregado familiar, sendo maior, se encontre desempregado;
- Declaração de matrícula ou de frequência passada pelo respetivo estabelecimento de ensino, sempre que algum dos elementos do agregado familiar, maior, seja estudante;
- Certidão atualizada emitida pelos serviços da Autoridade Tributária a comprovar a existência ou inexistência de património relativamente a todos os elementos do agregado familiar;
- Certidão atualizada emitida pelos serviços da Autoridade Tributária a comprovar que nenhum elemento que compõe o agregado familiar seja proprietário, comproprietário, usufrutuário ou arrendatário de imóvel ou fração habitacional;
- Documento comprovativo da propriedade do imóvel (registo predial ou documento equivalente);
- Planta de localização e identificação da habitação;
- Documentos comprovativos dos valores depositados em contas bancárias (depósitos à ordem, a prazo e outros).

DECLARAÇÃO

Declara, sob compromisso de honra que, são verdadeiras as informações constantes deste requerimento e a autenticidade da informação constante dos documentos comprovativos que anexa, nenhum membro do seu agregado familiar, incluindo o próprio, é proprietário de outro prédio urbano e rústico destinado à habitação, nenhum dos elementos do seu agregado familiar, incluindo o próprio tem em curso qualquer empréstimo destinado à realização de obras para a referida habitação, assim como não beneficia de outro apoio destinado ao mesmo fim ou que o mesmo é insuficiente, e que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados.

Declara ainda não alienar ou arrendar o imóvel intervencionado ou a intervencionar durante os cinco anos subsequentes ao recebimento do apoio e de nele habitar efetivamente com residência permanente pelo mesmo período de tempo.

Mais declara em como autoriza, concluídas as obras, a colocação de uma placa do Município a publicitar a concessão do apoio para a realização das obras, bem como a publicitação do apoio concedido e de fotografias da intervenção realizada nos meios de comunicação habituais do Município e que tem perfeito e integral conhecimento das obrigações e sanções a que fica sujeito no caso de inexactidões ou prestação de falsas declarações.

Terras de Bouro, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

ANEXO II

- Requerimento, em modelo próprio a fornecer pelos serviços respetivos;
- Declaração, sob compromisso de honra, da veracidade das declarações prestadas no requerimento de candidatura e que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados;
- Atestado de residência e composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da residência do candidato, indicando o tempo de permanência na freguesia, a composição do agregado familiar e ainda qualquer informação que considere relevante quanto à situação económica do agregado familiar;
- Fotocópias do documento de identificação pessoal de todos os elementos do agregado familiar;
- Fotocópias do número de contribuinte do candidato, bem como de todos os elementos do agregado familiar;
- Fotocópias dos cartões de beneficiário da Segurança Social ou respetiva Entidade enquadradora de todos os elementos do agregado familiar;
- Fotocópias dos documentos comprovativos dos rendimentos auferidos pelas pessoas que constituem o agregado familiar, designadamente pensões (pensões de alimentos, invalidez, sobrevivência, velhice e outras, incluindo as provenientes do estrangeiro), apoios sociais (subsídio de desemprego, RSI, CSI, PSI, bolsas de estudo, bolsas de formação e outros), subsídios agrícolas e outros, do mês anterior ao que se candidata;
- Prova de inscrição no IEFP, sempre que algum dos elementos do agregado familiar, sendo maior, se encontre desempregado;
- Declaração de matrícula ou de frequência passada pelo respetivo estabelecimento de ensino, sempre que algum dos elementos do agregado familiar, maior, seja estudante;
- Certidão atualizada emitida pelos serviços da Autoridade Tributária a comprovar a existência ou inexistência de património relativamente a todos os elementos do agregado familiar;
- Certidão atualizada emitida pelos serviços da Autoridade Tributária a comprovar que nenhum elemento que compõe o agregado familiar seja proprietário, comproprietário, usufrutuário, ou arrendatário de imóvel ou fração habitacional;
- Documento comprovativo da propriedade do imóvel ou do terreno (registo predial ou documento equivalente);
- Planta de localização e identificação da habitação ou do terreno;
- Documentos comprovativos dos valores depositados em contas bancárias (depósitos à ordem, a prazo e outros).

DECLARAÇÃO

Declara, sob compromisso de honra que, são verdadeiras as informações constantes deste requerimento e a autenticidade da informação constante dos documentos comprovativos que anexa, que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados e tem perfeito e integral conhecimento das obrigações e sanções a que fica sujeito no caso de inexatidões ou prestação de falsas declarações.

Terras de Bouro, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente

ANEXO III

- Formulário de candidatura a fornecer pela Câmara Municipal;
 - Fotocópia dos documentos de identificação pessoal do requerente e membros do respetivo agregado familiar;
 - Atestado de residência e composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da residência do candidato, indicando o tempo de permanência na freguesia, a composição do agregado familiar e ainda qualquer informação que considere relevante quanto à situação económica do agregado familiar;
 - Fotocópia do contrato de arrendamento, do contrato-promessa de arrendamento ou outro documento idóneo que comprove o arrendamento, devendo, em qualquer caso, estar o documento devidamente participado na Repartição de Finanças;
- Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar do requerente, bem como das despesas mensais fixas do agregado familiar suportadas com educação, habitação e saúde, designadamente:
- Declaração ou recibo dos rendimentos ilíquidos de trabalho, reportados ao mês anterior à data de entrada do requerimento, dos elementos do agregado familiar;
 - Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos, designadamente pensões (pensões de alimentos, invalidez, sobrevivência, velhice e outras, incluindo as provenientes do estrangeiro), apoios sociais (subsídio de desemprego, RSI, CSI, PSI, bolsas de estudo, bolsas de formação e outros), subsídios agrícolas, outros.
 - Prova de inscrição no IEFP, sempre que algum dos elementos do agregado familiar, sendo maior, se encontre desempregado;
 - Declaração de matrícula ou de frequência passada pelo respetivo estabelecimento de ensino, sempre que algum dos elementos do agregado familiar, maior, seja estudante;
 - Declaração emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira comprovativa da existência ou não existência de bens imóveis, propriedade dos membros do agregado familiar respetivo;
 - Documentos comprovativos das despesas de saúde, habitação e educação relativas aos dois meses que antecedem a data de entrega do requerimento.
- Declaração sob compromisso de honra em como reúne as condições para se candidatar;
 - Último recibo de renda;
 - Licença de utilização referente à habitação arrendada, por via da qual se ateste a aptidão do prédio ou fração para o fim habitacional, ou comprovativo da sua isenção quando a construção do edifício seja anterior à entrada em vigor do RGEU, caso em que deve ser entregue fotocópia de documento autêntico que demonstre a data da construção;
 - Atestado Médico comprovando problemas de saúde e medicação prescrita;
 - Número de Identificação Bancária.

DECLARAÇÃO

Declara, sob compromisso de honra que, são verdadeiras as informações constantes deste requerimento e a autenticidade da informação constante dos documentos comprovativos que anexa, assim como reúne as condições para se candidatar e tem perfeito e integral conhecimento das obrigações e sanções a que fica sujeito no caso de inexatidões ou prestação de falsas declarações.

Terras de Bouro, _____ de _____ de _____

Assinatura do requerente